

- I. Ana Inez de Oliveira Gonçalves CPF 555.XXX.XXX-04 - Gestor do Contrato  
 II. Danielly Santos Moura - CPF 042.xxx.xxx.-74 - Gestor do Contrato Suplente  
 III. Julio Cezar Silveira Prado - CPF 127.XXX.XXX - 68 Fiscal do Contrato  
 IV. Luiz Antônio Santos Fortuna - CPF 788.XXX.XXX -72 - Fiscal do Contrato Suplente  
 Art. 2º - Os servidores designados atuarão no âmbito do Contrato nº 04/2024/SAAE.  
 Parágrafo único. Constituem-se como dados complementares:

Contratado	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato
MICHELLE CRISTINE DOS SANTOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CATEGORIA 11 - BOMBEIRO HIDRÁULICO, CONFORME O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BOMBEIRO HIDRÁULICO - MANUTENÇÃO HIDRÁULICA, PARA ATENDER AS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO.	30 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024

Art. 3º - Dê-se ciência aos interessados e se autue no respectivo processo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos, porém desde 30 de janeiro de 2024, iterar validade durante toda a vigência do contrato.

São Cristóvão, 20 de fevereiro de 2024

Carlos Antonio Soares de Melo  
 Diretor Presidente-Saae  
 CONTRATANTE

Ciência

\_\_\_\_\_  
 Ana Inez de Oliveira Gonçalves  
 Gestor do Contrato

\_\_\_\_\_  
 Danielly Santos Moura  
 Gestor do Contrato Suplente

\_\_\_\_\_  
 Julio Cezar Silveira Prado  
 Fiscal do Contrato

\_\_\_\_\_  
 Luiz Antonio Santos Fortuna  
 Fiscal do Contrato Suplente

PORTARIA Nº 07/2024  
 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscais, para atuarem na fiscalização do Contrato nº 07/2024 decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 07/2024 do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de São Cristóvão/Se.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 55º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão, e artigo 150º, inciso XI, da Lei Complementar nº 47, de 26 de dezembro de 2017, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), e CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público, nos termos do disposto nos art. 58, inc. III e art. 67, e seus parágrafos, ambos da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados, durante toda a vigência do Contrato celebrado pela entidade;

CONSIDERANDO, também, que as principais atribuições dos Gestores de Contratos são:

- I. Gerenciar a parte administrativa da execução do Contrato no intuito de que transcorra de forma regular;
- II. Indicar, quando houver, a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços;
- III. Solicitar à autoridade competente da área interessada, para que esta promova a elaboração de novo Projeto Básico ou Termo de Referência, com a antecedência mínima necessária à realização da nova contratação;
- IV. Conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias do Contrato;
- V. Quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, consultar, em tempo hábil, sobre o interesse na prorrogação da mesma e, em havendo, promover a respectiva prorrogação;
- VI. Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e devolução de prazos, submetendo-as à autoridade competente;
- VII. Propor à Autoridade Competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor registrado, conforme previsão editalícia, e encaminhar para apuração da Comissão Disciplinar de Apuração de Infração por Licitantes e Contratados.
- VIII. Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a vigência do Contrato.

CONSIDERANDO, ainda, que as principais atribuições dos Fiscais são:

- I. Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;

II. Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

III. Indicar as eventuais glosas das faturas;

IV. Informar ao Gestor do contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;

V. Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do Contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de editalício;

VI. Registrar todas as ocorrências, qualitativas e quantitativas, relacionadas ao fornecimento pelo qual for responsável, prestando nos autos os esclarecimentos que se fizerem necessários;

VII. Manter permanente vigilância sobre as obrigações do fornecedor registrado, definidas nas condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

CONSIDERANDO, por fim, que com essas disposições, são normatizados os procedimentos relativos à gestão e fiscalização do Contrato, no âmbito desta municipalidade;

**R E S O L V E:**

Art. 1º Designar, para atuar como Gestor e Fiscais do Contrato nº 07/2024 da Inexigibilidade de licitação nº 07/2024 - SAAE, exercendo todas as atribuições aos mesmos inerentes e designadas em Legislação pertinente e nesta Portaria, no âmbito do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, os servidores abaixo especificados, nas respectivas funções:

I. Ana Inez de Oliveira Gonçalves CPF 555.XXX.XXX-04 - Gestor do Contrato

II. Danielly Santos Moura - CPF 042.xxx.xxx.-74 - Gestor do Contrato Suplente

III. Julio Cezar Silveira Prado - CPF 127.XXX.XXX - 68 Fiscal do Contrato

IV. Luiz Antônio Santos Fortuna - CPF 788.XXX.XXX -72 - Fiscal do Contrato Suplente

Art. 2º - Os servidores designados atuarão no âmbito do Contrato nº 07/2024/SAAE.

Parágrafo único. Constituem-se como dados complementares:

Contratado	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato
JORGIVAL LIMA SANTOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CATEGORIA 11 - BOMBEIRO HIDRÁULICO, CONFORME O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BOMBEIRO HIDRÁULICO - MANUTENÇÃO HIDRÁULICA, PARA ATENDER AS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO.	30 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024

Art. 3º - Dê-se ciência aos interessados e se autue no respectivo processo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos, porém desde 30 de janeiro de 2024, iterar validade durante toda a vigência do contrato.

São Cristóvão, 20 de fevereiro de 2024

Carlos Antonio Soares de Melo  
Diretor Presidente-Saae  
CONTRATANTE

Ciência

\_\_\_\_\_  
Ana Inez de Oliveira Gonçalves  
Gestor do Contrato

\_\_\_\_\_  
Danielly Santos Moura  
Gestor do Contrato Suplente

\_\_\_\_\_  
Julio Cezar Silveira Prado  
Fiscal do Contrato

\_\_\_\_\_  
Luiz Antonio Santos Fortuna  
Fiscal do Contrato Suplente

**PORTARIA Nº 10/2024  
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024**

Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscais, para atuarem na fiscalização do Contrato nº 02/2024 decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 02/2024 do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de São Cristóvão/Se.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, no uso de sua atribuição que lhe confere o artigo 55º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão, e artigo 150º, inciso XI, da Lei Complementar nº 47, de 26 de dezembro de 2017, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), e

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público, nos termos do disposto nos art. 58, inc. III e art. 67, e seus parágrafos, ambos da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados, durante toda a vigência do Contrato celebrado pela entidade;

CONSIDERANDO, também, que as principais atribuições dos Gestores de Contratos são:

I. Gerenciar a parte administrativa da execução do Contrato no intuito de que transcorra de forma regular;

II. Indicar, quando houver, a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços;

III. Solicitar à autoridade competente da área interessada, para que esta promova a elaboração de novo Projeto Básico ou Termo